



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2026.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita a Sr.^a Ministra do Planejamento e Orçamento, informações, estudos técnicos, projeções fiscais e documentos oficiais relativos à rigidez orçamentária, à evolução das despesas obrigatórias, aos investimentos públicos federais e à sustentabilidade do Novo Arcabouço Fiscal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas a Senhora Ministra do Planejamento e Orçamento, informações, estudos técnicos, projeções fiscais e documentos oficiais relativos à rigidez orçamentária, à evolução das despesas obrigatórias, aos investimentos públicos federais e à sustentabilidade do Novo Arcabouço Fiscal.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, solicito:

- 1- *Encaminhar a íntegra dos estudos, notas técnicas, relatórios e projeções oficiais elaborados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, desde 2023, que tratem da rigidez orçamentária e da evolução das despesas obrigatórias da União.*
- 2- *Informar a participação percentual das despesas obrigatórias no orçamento federal entre 2014 e 2025, bem como as projeções oficiais dessa participação até 2035.*
- 3- *Detalhar, por exercício financeiro, a evolução dos investimentos públicos federais entre 2014 e 2025, bem como as projeções oficiais para o período de 2026 a 2035.*





- 4- *Esclarecer de que forma o crescimento das despesas obrigatórias, especialmente aquelas indexadas ao salário mínimo, foi considerado nos cenários oficiais de cumprimento do Novo Arcabouço Fiscal.*
- 5- *Informar o impacto fiscal estimado da política de valorização real do salário mínimo sobre o orçamento federal, discriminando os efeitos sobre benefícios previdenciários, assistenciais e demais despesas vinculadas, no horizonte de 2024 a 2035.*
- 6- *Explicar de forma detalhada os cenários oficiais elaborados por este Ministério quanto à viabilidade do Novo Arcabouço Fiscal após 2027, indicando eventuais riscos identificados e medidas mitigadoras consideradas.*
- 7- *Informar se há estudos ou projeções que indiquem necessidade de revisão de indexações automáticas, ou de reformas estruturais para assegurar a sustentabilidade orçamentária, encaminhando, em caso positivo, a íntegra dos documentos. Em caso negativo, explicar o motivo do Ministério não ter considerado esse necessário estudo de importância vital, para corrigir a tempo a sustentabilidade econômica.*
- 8- *Encaminhar cópia de eventuais comunicações, alertas ou pareceres técnicos emitidos por órgãos internos ou externos, que tenham sido analisados por este Ministério e que apontem risco de esgotamento do orçamento federal, ou de inviabilidade do regime fiscal vigente.*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que a senhora Ministra do Planejamento e Orçamento entenda como pertinentes, sobre o tema.

JUSTIFICAÇÃO





A condução responsável do orçamento público constitui dever essencial do Poder Executivo e pressuposto indispensável à estabilidade econômica e social do país. Contudo, relatórios técnicos recentes de órgãos oficiais, como a Instituição Fiscal Independente (IFI) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), têm apontado para um processo acelerado de rigidez orçamentária, com crescimento contínuo das despesas obrigatórias em ritmo superior ao permitido pelo Novo Arcabouço Fiscal¹.

As despesas obrigatórias, notadamente aquelas vinculadas a benefícios previdenciários, assistenciais e a mecanismos automáticos de indexação, passaram a absorver parcela cada vez maior do orçamento federal, comprimindo severamente as despesas discricionárias e os investimentos públicos. Tal dinâmica compromete a capacidade do Estado de investir em infraestrutura, inovação, segurança e políticas públicas estruturantes.

Dados oficiais indicam que os investimentos federais sofreram retração expressiva ao longo da última década, com recomposição parcial recente, porém insuficiente para reverter a tendência histórica de encolhimento. Esse quadro revela um orçamento progressivamente engessado, no qual escolhas políticas tornam-se cada vez mais limitadas, inclusive para o cumprimento das próprias metas fiscais estabelecidas.

Soma-se a esse cenário a política de valorização real do salário mínimo, cuja reintrodução, embora dotada de finalidade social, produz impactos fiscais relevantes e cumulativos sobre diversas despesas obrigatórias, ampliando o descompasso entre o crescimento dos gastos e os limites impostos pelo regime fiscal vigente.

Cabe destacar que o Novo Arcabouço Fiscal, concebido como alternativa ao antigo teto de gastos, pressupõe disciplina, previsibilidade e respeito estrito às suas regras. A persistente expansão das despesas obrigatórias acima do limite global, entretanto, lança dúvidas quanto à viabilidade do modelo no médio prazo e reforça a necessidade de transparência total quanto às projeções oficiais e às medidas efetivamente consideradas pelo governo.

¹ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/colapso-fiscal-governo-lula-alerta-ifi-ipea/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Diante desse contexto, o presente Requerimento de Informação visa assegurar ao Congresso Nacional pleno acesso às informações técnicas e aos dados oficiais utilizados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, permitindo o exercício qualificado da função fiscalizatória e a avaliação responsável da sustentabilidade das contas públicas.

Sala das Sessões, de de 2026.

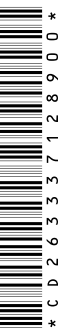
Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

Apresentação: 02/02/2026 09:18:15.847 - Mesa

RIC n.25/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD263337128900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gustavo Gayer



* C D 2 6 3 3 3 7 1 2 8 9 0 0 *